



BOLETIM 1435

Brasília (DF), 19 de dezembro de 2025

QUE 2026 SEJA MARCADO POR MUITAS LUTAS E CONQUISTAS!

Encerra-se mais um ano e, com isso, a necessidade imperiosa de reafirmarmos nosso compromisso, o compromisso da CONTRICOM, com dias melhores para os nossos trabalhadores e trabalhadoras e todo povo brasileiro.

Ao final de mais uma etapa de lutas, algumas conquistas importantes para comemorar, mas ainda o desafio de superar retrocessos que, ao longo dos últimos anos, agrediram gravemente os direitos dos trabalhadores e enfraqueceram suas organizações sindicais.

Os reflexos da malfadada contrarreforma trabalhista ainda são sentidos até os dias de hoje com a precarização que estimula informalidade, o enfraquecimento da fiscalização do trabalho e da própria Justiça do Trabalho, entre outros fatores que continuam causando acidentes de trabalho e adoecimentos em vários ramos da economia, especialmente na construção, no setor da madeira, entre outros.

Em 2025, a CONTRICOM, ao renovar sua Diretoria, renovou também seu compromisso de continuar lutando, ao lado de todo movimento sindical, para resgatar as



conquistas perdidas e recuperar política e materialmente nossas entidades. Avançamos nesse sentido no ano que se encerra, mas ainda há muito que se fazer.

Em 2026, queremos estar presentes com os Sindicatos e Federações de nossa base de representação em todos os estados de todas as regiões do país, levando as experiências bem sucedidas e buscando fortalecer nosso sistema confederativo, de forma cada vez mais unitária.

Em nome de nossa Diretoria, gostaria de agradecer a todos que contribuíram com essa jornada até aqui e convocar a todos a esse grande desafio de tornar a CONTRICOM ainda maior, para que ela possa ser um instrumento de mais conquistas para nossos trabalhadores.

***BOAS FESTAS, FELIZ NATAL E UM
ANO NOVO COM MUITA SAÚDE E
NOVAS CONQUISTAS!***

***Reinaldim Barboza Pereira
Presidente, em nome de toda Diretoria***



FETRACONSPAR já prepara seu tradicional Seminário de Dirigentes Sindicais da Construção e do Mobiliário. Será a versão 34ª

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e no Mobiliário do Estado do Paraná (FETRACONSPAR), filiada à CONTRICOM, realizará, entre os dias 26 e 28 de janeiro de 2026, em Matinhos (PR), o 34º Seminário de Dirigentes Sindicais da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná.

Trata-se um tradicional evento já consagrado na categoria, nacionalmente, como em todo movimento sindical brasileiro, não sendo demais afirmar que o evento ganhou singular importância ao longo dos anos, já estando em sua 34ª versão.

O Seminário é um importante e rico ambiente de debates sobre os mais variados temas de interesse dos trabalhadores e do movimento sindical, especialmente os das categorias laborais representadas pela Federação.

Dele, os dirigentes sindicais da FETRACONSPAR, de todo estado saem muito mais preparados para enfrentar os desafios das negociações coletivas para celebração dos acordos e convenções coletivas de trabalho.



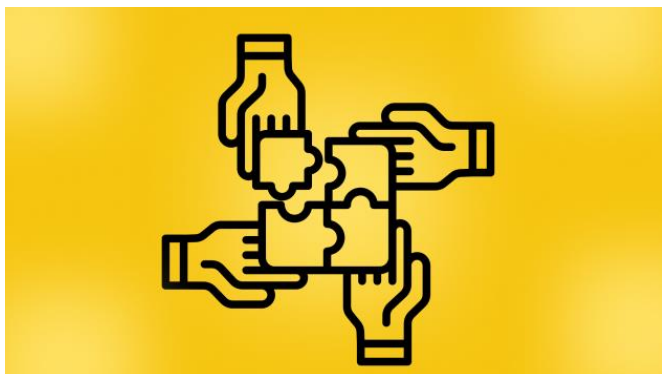
A diretoria da FETRACONSPAR reunida na sede do SINTRACON de Francisco Beltrão para discutir a organização do 34º Seminário da entidade.

Segundo o presidente da FETRACONSPAR – e também da CONTRICOM, Reinaldim Barboza Pereira, este ano o Seminário estará aberto para receber, presencialmente ou por videoconferência, dirigentes sindicais da base da CONTRICOM em todo país. Convite nesse sentido foi feito aos diretores da Confederação e dirigentes das federações estaduais que dão sustentação à CONTRICOM durante a posse da nova diretoria da entidade, em Brasília, no final de novembro deste ano.

1º ENCONTRO NACIONAL DA REDE DE CIMENTO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DA ICM BRASIL

No dias 1º e 2/12, em São Paulo, a FETRACONSPAR participou do 1º Encontro Nacional da Rede de Cimento e Materiais de Construção da ICM Brasil, evento destinado a discutir o atual panorama da indústria cimenteira brasileira, os avanços e desafios do processo de descarbonização, a promoção do trabalho decente e a construção de uma pauta nacional unificada, além da definição de um plano de ação sindical estratégico para 2026.

Nilton Pereira Campos, Presidente do SINTRACIMENTO de Curitiba e Região e Secretário de Formação Sindical da FETRACONSPAR, participou representando a entidade com contribuições sobre a realidade do setor e as demandas dos trabalhadores.



NCST divulga nota sobre manutenção da contribuição assistencial pelo STF

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) publicou uma nota oficial, nesta quinta-feira (10), esclarecendo os desdobramentos da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) nos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no âmbito do Tema 935. A entidade destaca que o Supremo manteve integralmente a tese fixada em 2023, reconhecendo a constitucionalidade da contribuição assistencial aprovada em assembleia e estendida a toda a categoria, com garantia do direito de oposição.

Segundo o documento, os embargos da PGR não modificam o entendimento central do STF nem afetam a autonomia financeira das entidades sindicais. O tribunal apenas esclareceu três pontos acessórios: a vedação de cobrança retroativa, a não interferência de terceiros no exercício do direito de oposição e a necessidade de razoabilidade no valor da contribuição. Para a NCST, tais ajustes reforçam a segurança jurídica e a transparência no custeio sindical.

O documento também reúne manifestações de dirigentes históricos e atuais da Nova Central, que apontam o impacto positivo da decisão para o

movimento sindical e reconhecem o trabalho técnico que contribuiu para consolidar o entendimento no STF. Em todas as declarações, destaca-se que a reafirmação da tese do Tema 935 fortalece a organização coletiva, garante estabilidade às entidades e reafirma a importância da negociação coletiva no país.

A NCST reforça que seguirá mobilizada para garantir a aplicação uniforme da decisão em todas as categorias e regiões, reafirmando seu compromisso com a defesa do trabalho decente, da democracia sindical e da valorização das entidades representativas.

Fonte: NCST

Contribuição Assistencial Parecer técnico

O advogado sindical e consultor do DIAP, Hélio Stefani Gherardi, emitiu parecer técnico sobre a recente mudança do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à constitucionalidade da contribuição assistencial.

O documento destaca três pilares da decisão: a vedação da cobrança retroativa, a garantia do direito de oposição dos trabalhadores sem interferência de terceiros e a necessidade de que os valores cobrados sejam razoáveis e compatíveis com a capacidade econômica da categoria.

O texto reforça que a definição do valor e do prazo para oposição deve ser feita de forma democrática, em assembleia, assegurando transparência e equilíbrio entre o custeio sindical e os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Fonte: Diap



Copom dá abono de Natal a banqueiros e mantém taxa Selic em 15%

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central (BC) manteve o nível da taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano. Essa decisão se dá após as divulgações do PIB brasileiro, que seguiu estagnado no 3º trimestre deste ano, e do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de novembro (0,18%), que registrou a menor taxa para um mês de novembro desde 2018.

Com a manutenção da taxa nominal de juro em 15%, o BC, chefiado por Gabriel Galípolo, presenteia os banqueiros com uma taxa de juros reais de 9,44% (descontado a inflação esperada), a segunda maior taxa do planeta, que perde apenas para a da Turquia (10,33%), de acordo com cálculos do site MoneYou, que analisou 40 países – sendo média geral de juros reais de 1,14%.

Em 12 meses até outubro, a inflação ficou em 4,46%, dentro do intervalo de tolerância de 4,5% proposto pelo sistema de metas de inflação do governo federal. Criada em 1999 pelo então governo de FHC, a meta de inflação, sempre regulada por meio de juros altos, só tem servido para fomentar políticas recessivas econômicas, desindustrialização e desemprego no Brasil.

Números do IBGE, divulgados na última semana, revelaram que o PIB brasileiro segue em estagnação, ao variar em alta de 0,1% no 3º trimestre deste ano, após ficar em 0,3% no 2º trimestre do mesmo ano. Esses resultados foram inferiores ao primeiro trimestre de 2025, de 1,5% de crescimento, devido principalmente à agropecuária, que conta com a menor participação no PIB.

A estagnação da economia é reflexo direto dos escorchantes juros do BC, que vem desacelerando o consumo das famílias, paralisado

no 3º trimestre deste ano, ao variar em alta de 0,1% na comparação com o trimestre imediatamente anterior, e registra alta de apenas 0,4% em relação ao mesmo período de 2024 – sendo a menor taxa desde o primeiro trimestre de 2021, época de pandemia de Covid-19.

A desaceleração dos níveis do consumo e dos investimentos aprofundaram a derrocada dos indicadores da indústria de transformação, que viu seu PIB cair -0,6% no 3º trimestre de 2025, em relação com o mesmo trimestre de 2024. No primeiro trimestre, o principal ramo da indústria brasileira registrou queda de 1,1%, seguida de nova retração de 0,4% no 2º trimestre.

A indústria como um todo cresceu 1,7%, puxada pelas altas de 11,9% nas indústrias extrativas, ambas comparadas com o 3º trimestre de 2024. Em outubro de 2025, a produção pela indústria de transformação recuou -0,6% no mês, após ter crescido em setembro (0%), conforme o IBGE. No décimo mês de 2025, ainda, o faturamento real da indústria recuou 2,7%, amargando a terceira taxa mensal negativa consecutiva, de acordo com a CNI. Assim como na indústria, o setor de Serviços teve seu resultado do terceiro trimestre (alta de 0,1% em relação ao segundo trimestre deste ano, com o crescimento no Comércio subiu apenas 0,4%) também atrelado a perda de fôlego associada ao baixo consumo das famílias e ao declínio dos investimentos no país.

O investimento pelo governo ficou em alta 1,3% no 3º trimestre ante ao trimestre anterior.

Com a Selic em 15%, em 12 meses até outubro deste ano, o gasto do setor público consolidado (União, Estados/municípios e estatais) com juros chega a R\$ 987,2 bilhões, o que corresponde a 7,88% do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) do Brasil.

Fonte: Portal HP



Com quedas na indústria e serviços, atividade econômica cai 0,2% em outubro, segundo BC

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), calculado pelo Banco Central (BC), aponta que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil retraiu -0,2% em outubro deste ano frente a setembro, mês que o indicador de prévia do PIB também caiu 0,2%, na comparação com o mês anterior. Os dados do IBC-Br foram divulgados nesta segunda-feira (15) pela autarquia.

Os principais setores da economia também assinalaram taxas negativas no décimo mês deste ano: Indústria (-0,7%) e Serviços (-0,2%). A Agropecuária cresceu 3,1% na base mensal.

No primeiros 10 meses deste ano, o IBC-Br está 2,4% em alta na comparação com o mesmo período de 2024. Em 12 meses (até outubro), acumula alta de 2,5%, o que é uma desaceleração quando comparado com o período até setembro (3%).

O resfriamento da economia brasileira ocorre com o aumento do juro real (descontado a inflação), que deve encerrar esse ano acima dos 10,5%, após a decisão do Banco Central (BC) de manter a taxa básica de juros (Selic) em 15% – maior nível em quase 20 anos – mesmo com a inflação controlada e abaixo dos 4,5%. Após a decisão do BC, de manter o juro em 15%, entidades do setor produtivo defenderam a imediata redução dos juros.

“A manutenção dos juros nesse patamar tão elevado é excessiva e prejudicial, uma vez que intensifica a perda de ritmo da atividade econômica, encarece muito o crédito, inibe o investimento e penaliza a competitividade da indústria”, afirmou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban.

Em nota, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, manifestou que a continuidade do crescimento do setor no próximo ano depende da queda dos juros o mais rápido possível.

Nesta segunda, o BC também divulgou que os “analistas de mercado” voltaram a realizar cortes nas estimativas de inflação de 2025, reduzindo o ponto médio das projeções de 4,40% para 4,36%. De janeiro a dezembro deste ano, o indicador oficial de inflação (IPCA) acumula alta de 3,92%.

Com o nível da Selic desestimulando os investimentos produtivos em prol das aplicações financeiras (ou seja, a favor do lucro dos banqueiros), o Produto Interno Bruto brasileiro estagnou no terceiro trimestre deste ano, ao variar apenas 0,1% ante o segundo trimestre (0,3%). No primeiro trimestre de 2024, a economia cresceu 1,5% graças aos resultados das safras agropecuárias.



Governo confirma salário mínimo de R\$ 1.621 em 2026

O Ministério do Planejamento e Orçamento confirmou que o salário mínimo será reajustado dos atuais R\$ 1.518 para R\$ 1.621, um aumento de R\$ 103, um reajuste de 6,79%. O valor foi confirmado após a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado no cálculo do reajuste anual do salário mínimo. O indicador registrou 0,03% em novembro e acumula 4,18% em 12 meses.

O reajuste do salário mínimo será aplicado a partir de janeiro de 2026, com efeito no salário que o trabalhador recebe em fevereiro.

Entenda - A regra do reajuste do salário mínimo determina que o valor tenha duas correções: uma pelo INPC de 12 meses acumulado até novembro do ano anterior, ou seja, 4,18%, e outra pelo crescimento da economia de 2 anos.

No dia 4, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revisou os dados do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) de 2024, confirmando expansão em 3,4%.

No entanto, o arcabouço fiscal, mecanismo que controla a evolução dos gastos públicos, determina que o ganho acima da inflação seja limitado a um intervalo de 0,6% a 2,5%.

Pela regra, o salário mínimo de 2026 seria R\$ 1.620,99 e, com o arredondamento previsto em lei, passa para R\$ 1.621, reajuste de 6,79%.

Revisão - Os resultados dos índices farão o governo revisar cálculos para as contas públicas no ano que vem, já que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, aprovado pelo Congresso Nacional, estimava o salário mínimo em R\$ 1.627, um reajuste de 7,18%.

Fonte: Agência Brasil

Com arcabouço fiscal, mínimo tem aumento real limitado a 2,5%

O reajuste, embora siga valorizando o salário mínimo, que é definido por dois indicadores econômicos – a reposição das perdas inflacionárias medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor em 12 meses até novembro (4,4%, segundo o IBGE), e o crescimento do PIB de dois anos antes -, sofreu uma trava devido ao teto de gastos imposto pelo novo arcabouço fiscal.

Embora o Produto Interno Bruto (PIB) de 2024 tenha crescido 3,4%, o aumento real repassado ao trabalhador foi limitado a 2,5%, por conta do novo arcabouço, que restringe o crescimento real das despesas a esse percentual. De acordo com estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), embora com a regra de valorização a cada ano, o valor do salário mínimo está muito distante do que é considerado necessário para o sustento digno de uma família brasileira.

Segundo o órgão, para cobrir despesas básicas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o valor do salário mínimo deveria ser R\$ 7.067,18 (dados de novembro). Esse montante equivale a 4,66 vezes o valor do piso atual.



Inflação fecha em 4,18%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - indicador utilizado no cálculo do reajuste anual do salário mínimo - registrou 0,03% em novembro e acumula 4,18% em 12 meses. Os dados foram divulgados pelo IBGE.

O salário mínimo 2025 é de R\$ 1.518. Para 2026, a regra de reajuste determina que o valor sofra duas correções. Uma é pelo INPC de 12 meses acumulado até novembro do ano anterior, 2025. Ou seja, os 4,18% anunciados no último dia 10/12.

A segunda correção é o crescimento da economia de dois anos antes, no caso, 2024. No último dia 4, o IBGE revisou os dados do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país) de 2024, confirmando a expansão em 3,4%.

No entanto, o arcabouço fiscal - mecanismo que controla a evolução dos gastos públicos - determina que o ganho acima da inflação seja limitado a um intervalo de 0,6% a 2,5%.

Por essa regra, o salário mínimo de 2026 pode ser de R\$ 1.620,99. Com o arredondamento previsto em lei, R\$ 1.621. Reajuste total de R\$ 103 (6,79%).

Fonte: Agência Brasil

Alimentos estão mais baratos

Pesquisa do Dieese e da Conab, nas 27 Capitais, mostra em outubro queda nos preços de alimentos em 24 delas. A pesquisa conjunta começou em agosto.

Maioras quedas se deram em Macapá (-5,28%), Porto Alegre (-4,10%) e Maceió (-3,51%). São Paulo é a Capital onde o conjunto dos alimentos básicos tem maior custo: R\$ 841,23. Em SP, no acumulado do ano, preço subiu 1,55%.

Arroz – O preço do agulhinha foi menor em todas as 17 Capitais. As quedas variaram entre -40,22%, em Brasília, e -21,77%, em Aracaju.

Açúcar – Preço caiu em 14 das 17 Capitais. Destaque para as variações de Belém (-30,67%) e Brasília (-18,71%).

Batata – Pesquisa nas 10 Capitais do Centro-Sul, com queda em todas. Variação foi de -52,45%, em Campo Grande, e -30,70%, em Vitória.

A Agência Sindical ouviu Patrícia Lino, economista do Dieese e responsável pela pesquisa.

Patrícia observa que a composição no preço dos alimentos sofre influência de vários fatores, a começar pelos climáticos. No entanto, ela ressalva: “o que acontece agora é uma presença mais efetiva do governo, olhando de perto a movimentação dos preços, a fim de evitar oscilações mais drásticas nos preços ou para adotar medidas corretivas”.

“A alimentação da população deve ser o item prioritário na política de qualquer governo, inclusive quanto às áreas plantadas”, ela afirma. A cesta atual tem 13 itens. Mas governo e Conab pensam em ampliar essa lista, até porque a rápida urbanização do País produziu também mudanças de hábitos alimentares.

Para a economista do Dieese, embora o panorama atual seja positivo e mais estável, cabe ao Estado cuidar de estoques reguladores, especialmente nos períodos de entressafra.



CCJ do Senado aprova PEC que põe fim à jornada 6x1

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou a proposta de emenda à Constituição que extingue a jornada de trabalho 6x1 e garante ao trabalhador, no mínimo, dois dias consecutivos de descanso semanal. O texto, relatado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), segue agora para deliberação no plenário.

A PEC estabelece que o repouso semanal remunerado deve ocorrer em, pelo menos, dois dias, preferencialmente aos sábados e domingos. A jornada máxima passa a ser de oito horas por dia e 36 horas por semana, distribuídas em até cinco dias de trabalho. O modelo atual, previsto na Constituição, permite até 44 horas semanais. As mudanças não poderão acarretar redução salarial.

De acordo com o relator, a implantação será gradual para permitir que empresas e setores produtivos se adaptem. Pela regra de transição, a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à promulgação, a carga semanal não poderá ultrapassar 40 horas. Nos anos seguintes, haverá redução anual de uma hora até chegar ao limite de 36 horas semanais.

Câmara agiliza votação - O projeto de lei 67/2025, apresentado pelos deputados Daiana Santos (PCdoB-RS), Daniel Almeida (PCdoB-BA) e Orlando Silva (PcdoB-SP), avançou para o Plenário da Câmara dos Deputados após reunir o número de assinaturas necessário para que sua análise ocorra em regime de urgência. A proposta determina a adoção da jornada de trabalho 5x2 e fixa o limite semanal de trabalho em 40 horas, substituindo o modelo 6x1 ainda praticado em grande parte do mercado.

Ao defender a mudança, apoiadores do texto afirmaram que a revisão da escala semanal pode

alterar de forma significativa as condições de trabalho no país, sobretudo para profissionais submetidos a longas horas laborais e deslocamentos extensos. O governo federal, que passou a tratar o fim da jornada 6x1 como prioridade, e líderes partidários que reúnem 475 deputados declararam apoio à iniciativa, fazendo do projeto uma alternativa mais rápida às propostas de emenda constitucional que tratavam do mesmo tema e não avançaram.

Com a urgência aprovada, o relatório do deputado Leo Prates (PDT-BA) deixa de passar pelas comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça, seguindo diretamente para o Plenário. A expectativa é que a aceleração do rito abra espaço para que a Câmara delibere ainda neste semestre sobre o novo formato de jornada e a redução das horas semanais.

RECESSO

A CONTRICOM INFORMA QUE ENTRARÁ EM RECESSO A PARTIR DO DIA 22 DE DEZEMBRO, REGRESSANDO ÀS SUAS ATIVIDADES NORMAIS NO DIA 5 DE JANEIRO DE 2026. A EDITORIA DO BOLETIM DA ENTIDADE AGRADECE A COLABORAÇÃO DE TODOS. BOAS FESTAS E FELIZ 2025!

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO